



Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI

Aos treze dias do mês de agosto de 2015, às nove horas, na sala de reuniões da **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares-EBSERH- SCS Qd. 09 Lote “C” Ed. Parque Cidade Corporate Bloco “C” 2º andar, em Brasília/DF** teve início a Reunião Ordinária Nº. 77 do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso-CNDI. Presentes os Conselheiros Governamentais – Antônio Lídio de Mattos Zambon – MEC; Maria Cristina Correa Lopes Hoffmann – MS; Camila Salvador Cipriano – MDS; Emanuel de Araújo Dantas – MPS; Maria Socorro Braga– MTE; Carlos Fernando Gallinal Cuenca – MRE; Ana Lúcia dos Santos Carrias– MTUR; Luciana Gill Barbosa – MCID; Hellen Hernandez dos Santos - MEsporte; Paulo Roberto Martins Maldos (Presidente em exercício do CNDI e Secretário da SNPDDH) e dos seguintes Conselheiros Não Governamentais – Cláudia Maria Beré -AMPID ; Luiz Legnãni – COBAP; Maria Clotilde B.N.M. de Carvalho – SESC; Eptácio Luiz Epaminondas – SINTAPI; Crismédio Vieira Costa Neto – PPI; Marília Celina Felício Fragoso – ANG; Sandra Rabello de Frias – SBGG; Freddy Alejandro Solorzano Antunes – ANADEP; Maria Leitão Bessa – ABRAZ; Artur Custódio Moreira de Souza – MORHAN; Bahij Amin Aur – OAB; Maria Lúcia Santos de Moura – CONTAG; Maria Bernadette de Moraes Medeiros-CFESS, Visitantes/convidados Neusa Pivatto Muller – Coordenadora Geral da Política do Idoso/SDH; Jefferson Aparecido Dias – PFDC – MPF; Eleovan Cesar Lima Mascarenhas-PFDC-MPF; Melina Sampaio- Observador–estudante da UNB; Francineide Miguel-Observador- Presidente do SINDNAP/DF; Glaucia Oliveira Abreu- Observador - Presidente da Associação Positiva de Brasília; responsável pela estrutura do Governo Ana Lúcia da Silva Coordenadora Geral do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso-CGCNDI; Simone D’arc da Silva- Apoio; Valéria Sperandio Rangel- Assessora. **1.** O Vice Presidente no exercício da Presidência **Paulo Roberto Martins Maldos:** Iniciou a reunião cumprimentando aos presentes, fez a abertura dos trabalhos desta Reunião Ordinária do CNDI. Cumprindo a Resolução nº 18 que dispõe sobre o Regimento Interno, Artigo 8º - §5º *As reuniões serão presididas pelo (a) Presidente e na ausência deste pelo Vice-Presidente do CNDI. Na ausência de ambos, serão presididas pelo conselheiro mais idoso.* O Presidente do CNDI

convidou a tomar assento o **Conselheiro Bahij Amin Aur** – representante da **Ordem dos Advogados do Brasil-OAB**, para auxiliar na condução dos trabalhos desta 77ª Reunião Ordinária. O **Presidente Paulo Roberto Martins Maldos**: Informou o Pleno sobre a necessidade de inversão da pauta do dia, pois os convidados palestrantes fariam suas apresentações no período da tarde, sendo o primeiro o **Dr. Marcelo Queiroga - Médico Cardiologista** que fará apresentação do procedimento cirúrgico **T.A.V.I.**, pauta solicitada pelo mesmo, desde março e pré - agendada pela Presidente do CNDI, Drª. Sandra Maria Ferreira de Souza, na RO de nº 75, em 13 de abril de 2015. E o **Sr. Gilson Bittencourt** - Secretário Nacional de Investimentos Estratégicos – SPI/MPOG que apresentará o PPA e só poderá vir no período da tarde. Os conselheiros foram unânimes em aceitar a inversão da pauta. O **Presidente Paulo Roberto Martins Maldos** informou que recebeu o **Ofício Nº 006/2015** da Associação Nacional de Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e dos Deficientes - AMPID datado de 06/06/2015 que informou a desistência da **Sra. Sandra Maria Ferreira de Souza** por motivo de saúde renunciando a Presidência do CNDI, e a vaga de Conselheira. Foi constituída pela AMPID como Conselheira Titular a **Sra. Claudia Maria Beré** e a **Sra. MarluCIA Gomes Evaristo Almeida** como Conselheira Suplente. Em continuidade ao processo de alternância da Presidência do CNDI exercida pela sociedade civil, solicitou aos representantes deste segmento que encaminhem novo processo para escolher o novo presidente/a do CNDI. **Encaminhamento**: No intervalo do almoço, os representantes da sociedade civil se reunirão para a escolha do candidato à Presidência do Conselho, quando serão considerados os nomes dos Conselheiros **Claudia Maria Beré (AMPID)** e **Luiz Legnãni (COBAP)**, para ser apresentado ao Pleno. Passou a palavra ao Conselheiro **Carlos Fernando Gallinal Cuenca** – MRE que informou a assinatura em 15 de junho no âmbito da **Organização dos Estados Americanos- OEA** da **“Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos”**, sendo o objetivo da Convenção o reconhecimento de que todos os direitos humanos assim como as liberdades fundamentais existentes se aplicam às pessoas idosas, e que devem gozar plenamente deles em igualdade de condições com os demais. Informou que o Congresso Nacional precisará ratificar esta assinatura. O **Conselheiro Bahij Amin Aur** – OAB solicitou que o CNDI acompanhe e participe de forma integrada e articulada do processo de elaboração da nota. Porém o Conselheiro **Carlos Fernando Gallinal Cuenca** – MRE esclareceu que esta ação é uma atribuição do Poder Executivo e atividade de competência do MRE, no entanto, dará conhecimento ao CNDI da nota pública que será enviada pela Presidência da República ao Congresso Nacional para a ratificação da Convenção Interamericana. A **Coordenadora Geral**

dos Direitos do Idoso- CGDI/SDH Sra. Neusa Pivatto Muller aparteu o mesmo informando que com a assinatura da Convenção, será permitido reforçar as obrigações jurídicas de respeitar, promover e realizar os direitos humanos das pessoas idosas. A ratificação pelo Congresso Nacional é necessária. Este Instrumento Internacional implicará na obrigação dos Estados participantes em adotar medidas, com intuito de garantir a essa parcela da sociedade um tratamento diferenciado e preferencial em todos os âmbitos. Contou da parceria com o MRE na redação do texto que foi aprovado e da importância do mesmo para os países signatários. Os demais conselheiros parabenizaram o Brasil pela importante conquista, bem como pelo protagonismo internacional diante da finalização de documento importante para a temática do envelhecimento. **O Presidente Paulo Roberto Martins Maldos** passou a palavra a **Coordenadora Geral do CNDI - Ana Lucia Silva** para informar a publicação do Edital de Eleição para Habilitação da 14ª vaga destinada a Entidade da Sociedade Civil Organizada do Segmento dos Empregadores Urbano e Rural do CNDI, pois em duas ocasiões já foram publicados editais e será publicado pela terceira vez, visto que nenhuma entidade da sociedade civil requereu habilitação até a presente data. A **Coordenadora Ana Lucia Silva** também relatou sobre o sucesso do evento que lançou a **Portaria Nº 336 de 12 de agosto de 2015** que dispõe sobre o Cadastramento de Fundos Estaduais, Municipais e Distrital do Idoso, ocorrido em 05 de agosto na SDH, com a presença do Ministro Pepe Vargas e demais convidados e possíveis doadores. **O Presidente Paulo Roberto Martins Maldos:** passou a palavra para o Conselheiro **Artur Custódio - MORHAN** que assinalou as pautas do MORHAN em que estiveram presentes, a primeira foi uma reunião em Genebra/Suíça e a segunda um encontro no Vaticano com o Papa Francisco, em que foram solicitadas que seja eliminada a expressão ou termo “**lepra**” para designar as pessoas acometidas com a hanseníase. Em seguida a Conselheira **Claudia Maria Beré – AMPID** informou a realização das Conferências Municipais do Estado de São Paulo e a data da Conferência Estadual que está programada para os dias 28, 29 e 30 de setembro em Águas de Lindóia-SP. Concluídos os informes. **O Presidente Paulo Roberto Martins Maldos** passou a palavra para os relatórios das Comissões: **2. A Comissão Organizadora da 4ª Conferência:** relatou a atualização das datas e fez um balanço das etapas municipais e estaduais realizadas até agora. Solicitou atualização da **Resolução nº 22/2014/CNDI** que convoca o processo Conferencial do CNDI, 4ª CNDPI. Em seguida informaram da participação dos representantes no Comitê Executivo das Conferências conjuntas reunião que aconteceu no dia 07 de julho de 2015 em Brasília. **3. A Comissão de Comunicação e Articulação com os Conselhos:** A **Coordenadora Sandra Rabello - SBGG** apresentou a

sugestão de cartaz para o Dia Internacional do Idoso (1º de outubro) que após algumas observações por parte de diversos conselheiros sem chegar a um consenso o mesmo não foi aprovado pelo Pleno, com o *encaminhamento de que a comissão recepcionará sugestões de novas imagens* e realizará uma reunião de trabalho com representantes da gestão (Departamento de Comunicação e o GAB/SNPDDH) para finalizar o cartaz. A comissão de trabalho ficou encarregada de fazer o planejamento das atividades referentes ao mês de outubro (data referência para as pessoas idosas). Também foi sugerido mapeamento das deliberações das Conferências anteriores para serem apresentados na reunião de outubro em Santa Catarina. **4. A Comissão de Gestão de Fundos e Comissão de Normas:** Durante a reunião foram tratadas as seguintes questões: a) apresentação da proposta de investimentos dos recursos disponíveis no Fundo Nacional do Idoso – FNI b) Quitação dos projetos selecionados no ultimo Edital nº 03/2014-FNI/SDH/PR; c) Destinação de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão) para atender despesas referente à 4ª CNDPI; d) Destinação de recursos para compra dos equipamentos necessários para funcionamento dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa; e) Preparação de Edital para selecionar novos projetos que atendam ações voltadas à pessoa idosa. Em seguida foi relatada a reunião de trabalho com a **Sra. Katia Grams Coordenadora Geral de Acompanhamento de Programas – CGAP/SNPDDH** que no dia anterior fez uma explanação sobre os fluxos dos processos internos dos convênios financiados com recursos do FNI, esclarecendo as regras de convênios celebrados com entidades sem fins lucrativos. Relataram-se as informações repassadas pela **Coordenadora Kátia Grams** e elogiou a forma didática e produtiva em que foi feita a explanação referente aos Convênios. O **Conselheiro Bahij Amin Aur – OAB**, também informou que a apresentação da Coordenação deixou clara a atuação em relação ao acompanhamento nos processos, de formalização, execução, prestação de contas; elaboração de nota técnica, bem como respostas a Ciset e ao TCU; procedimentos administrativos necessários para o bom andamento dos fluxos de Convênios, principalmente pelo fato do recurso ser gerido pelo Conselho, o que, segundo o Conselheiro, apresenta a responsabilidade de todos os Conselheiros com as ações referentes ao FNI. Falou que percebeu segurança e responsabilidade nos procedimentos da SNPDDH e da CGCNDI em relação aos Convênios, e que as medidas apresentadas deixavam de certa forma tranquilo em relação aos procedimentos que se vem fazendo. A Conselheira **Claudia Maria Beré - AMPID** também destacou a importância dos esclarecimentos da Coordenadora da CGAP e informou que a junção das Comissões Permanentes de Normas e Gestão de Fundos no dia anterior foi produtiva e esclarecedora e que as explicações de como são realizados os processos de

Convênios, conforme relatado deixaram os presentes tranquilos e informou da disponibilidade da CGAP para fazer uma capacitação aos conselheiros, em que a Coordenadora Geral do CNDI **Ana Lucia da Silva** sugeriu agendar para a Reunião Ordinária do CNDI em dezembro. O **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI**, também falou da importância da reunião conjunta das Comissões de Gestão do Fundo e de Normas, disse que como membro da Comissão de Fundos tinha acompanhado as explicações referentes ao fluxo administrativo e burocrático para a realização dos Convênios e uso dos recursos provenientes do FNI, com atenção e reconhece que os procedimentos apresentados tranquilizam os Conselheiros. A Coordenadora **Ana Lucia da Silva** reiterou que as explicações da CGAP, confirmam o cuidado e zelo com a coisa pública. E que a oportunidade do encontro com a CGAP, deu aos Conselheiros um pouco de noção de quanto são trabalhosos os procedimentos administrativos para atender as necessidades dos conveniamentos, financiamentos. Isso sem falar que soma-se as atividades de rotinas cotidianas do Conselho, para poder se efetivar em ações que atendam as pessoas idosas. O **Conselheiro Antônio Lídio de Mattos Zambon – MEC** foi também tratado do novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil-MROSC e como deverá ser a construção do Edital de Chamada Pública. A Comissão de Gestão do Fundo Nacional preparará até março o Edital para o exercício de 2016. Lembrou do passo a passo para elaboração do Edital: tem prazo de no mínimo 45 dias para ficar disponível no site; envio do Edital para a SNPDDH solicitar a análise jurídica; abertura do SICONV para a inserção das propostas ato da administração; e após a aprovação do jurídico o mesmo deverá ser encaminhado para assinatura da Ministra e publicação. O **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI** complementou que durante o período recursal do Edital é importante à comissão estar informada sobre os tipos de recursos e respostas mesmo sendo de responsabilidade do gestor (ato da administração de responder); O **Conselheiro Antônio Lídio de Mattos Zambon – MEC** lembrou que após todos os recursos respondidos e esgotado o tempo de interpor recursos na fase da seleção, a comissão emitirá parecer final das propostas selecionadas através de emissão de ata contendo a classificação, os nomes dos selecionados, CNPJ, qualificação de temática e os demais procedimentos deverão ser publicados no Site da SDH/PR; Após verificada toda a pertinência legal e jurídica, o CGAP emite Parecer Técnico de viabilidade da Proposta. Mesmo procedimento Parecer assinado pelo Técnico emissor, de acordo da “Coordenadora Geral do CNDI se assim for autorizado” e por fim a assinatura do Sr. Secretário da Pasta;. O **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI** lembrou que a **Coordenadora Geral Kátia Grams de Lima**, salientou que é necessário todas as providências relatadas anteriormente para não deixar lacunas que possam

ser cobradas pelos órgãos de controle. O Conselheiro **Antônio Lídio de Mattos Zambon – MEC** comunicou das providências junto a Secretaria de Gestão da Secretaria de Direitos Humanos dos procedimentos para a realização da licitação dos itens que comporão a equipagem dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa. A decisão de equipar é da Gestão/Biênio 2012/2014 que deliberou pelo fortalecimento dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, oferecendo condições operacionais aos mesmos. Esta gestão está dando continuidade a este projeto e está acompanhando os atos administrativos (licitação, pregão) para a aquisição dos equipamentos. Foi deliberado pela Comissão de **Gestão de Fundos e Comissão de Normas** e com aprovação unânime dos conselheiros presentes os pontos acima apresentados e encaminhar para a reunião de outubro uma proposta de Termo de Doação com sugestão de critérios e condições necessárias para recebimento dos equipamentos que comporão a doação, inclusive o que será solicitado em contrapartida aos estados e municípios para a doação dos equipamentos. **5. A Comissão de Políticas Públicas, e de Orçamento e Finanças:** assinalou que na reunião do dia anterior tiveram duas apresentações uma da consultora da Coordenação Geral de Indicadores em Informações em Direitos Humanos **Thais Malheiros Gawryszewski**, onde estavam presentes os representantes de todas as comissões e relatou sobre o Cadastro dos Fundos do Idoso, atividade relatada nos informes da Presidência. O Cadastro dos Fundos e a sistematização de informações sobre fundos aptos a receberem doações dedutíveis do Imposto de Renda. Essas informações cadastrais dos Fundos do Idoso são colhidas pela SDH/PR por intermédio de um cadastramento aberto na sua página eletrônica com possibilidade de correções pelo e-mail institucional. O objetivo é mapear e estimular a criação de fundos em estados e municípios que ainda não os possuem; incentivar doações de Pessoas Físicas e Jurídicas através de dedução do imposto de renda devido. Informou que segundo pesquisa (Munic/IBGE, 2011) são 2.868 municípios com Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa no Brasil. Os Fundos mapeados em situação regular de CNPJ são 341, e os Fundos com situação regular de CNPJ cadastrados na primeira etapa foram apenas 94. A consultora **Thais Malheiros Gawryszewski** destacou que os critérios para cadastrar os fundos (Estado ou Município) necessitam: Ter Conselho de Direitos da Pessoa Idosa constituídos, pois eles serão os responsáveis em fazer a gestão dos recursos; Possuir um Fundo instituído por Lei; Ter um CNPJ e conta bancária exclusiva para o Fundo, em situação regular; Cadastrar-se junto à Secretaria de Direitos Humanos. Uma das perguntas mais frequentes é a seguinte: *“como sei que meu fundo está cadastrado e em situação regular?”* A SDH/PR divulgará as seguintes relações de Fundos do Idoso: **a)** Fundos com CNPJ em situação regular e cadastro completo junto à SDH/PR, que poderão atualizar suas

informações; **b)** Fundos que, segundo dados da SDH/PR, não estão com o CNPJ em situação regular para cadastro junto à SDH/PR: deverão regularizar sua situação e realizar novo cadastro; Caso o Fundo não esteja cadastrado junto à SDH/PR, realizar o cadastro no formulário online na página <http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoaidosa/cadastramento-de-fundos-da-pessoa-idosa>. Este é o link em que o estado ou município pode se cadastrar. A outra apresentação foi da Conselheira **Maria Bernadette Medeiros**- CFESS que apresentou um mapeamento realizado pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul/RS sobre a implementação da política do idoso, Lei nº 8841/1994, a referida pesquisa teve como tema: *“A pessoa idosa e o protagonismo nas transformações sociais no estado do Rio Grande do Sul.”* Os Conselheiros reafirmaram o interesse na pesquisa. Os Conselheiros informaram sobre a participação no Evento Dialoga Brasil-PPA-2016/2019 em que foi discutido o orçamento para a política de cuidados e de muitas outras contribuições qualificadas por parte dos representantes do CNDI, que se organizaram e se fizeram presentes em diversas temáticas contribuindo com sugestões, para o estabelecimento de Diretrizes Orçamentarias no PPA e que aguardam a apresentação do **Secretário Gilson Bittencourt** para aprofundar o debate e melhor compreenderem o resultado da participação no Dialoga Brasil.6. Após apresentação dos relatórios das Comissões Permanentes do CNDI, o **Presidente Paulo Roberto Martins Maldos** encaminhou a suspensão dos trabalhos para intervalo do almoço e reunião dos Representantes da Sociedade Civil para decidir o nome do novo Presidente/a do CNDI, em substituição a Presidente Sandra Maria Ferreira de Souza, informou também que em função de uma agenda inesperada e urgente precisava se ausentar no período da tarde. Anunciou que em conformidade com a Resolução nº 18, Regimento Interno, Artigo 8º - §5º, em que o Vice Presidente, no exercício da Presidência do CNDI, convidou para dirigir os trabalhos do período da tarde o **Conselheiro Bahij Amin Aur** – representante da **Ordem dos Advogados do Brasil-OAB**. 7. No período da tarde o **Conselheiro Bahij Amin Aur – OAB** conduziu os trabalhos, iniciando pelo resultado da escolha do candidato à Presidência do CNDI, a qual recaiu no Conselheiro Luiz Legnãni. Em seguida colocou seu nome em votação e, por aclamação, foi eleito por unanimidade, devendo seu nome ser encaminhado para a devida nomeação. Em seguida, convidou o eleito para colaborar na direção dos trabalhos. 8. Uma vez que já estava presente o **Dr. Marcelo Queiroga** - Médico Cardiologista, foi convidado para dar início a apresentação do Procedimento Cirúrgico – **(TAVI)** que faz a substituição da valva aórtica percutânea tratamento utilizados nos pacientes com estenose aórtica grave e alto risco cirúrgico. O **Dr. Marcelo Queiroga** - Médico Cardiologista fez uso da palavra durante 30 minutos e depois

teve um tempo para responder as dúvidas dos Conselheiros. O Conselheiro **Bahij Amin Aur - OAB** agradeceu ao médico **Dr. Marcelo Queiroga** pela sua disponibilidade em vir até o CNDI trazer as informações que considerava importantes e relevantes para o conhecimento dos presentes. **9.** O Conselheiro **Bahij Amin Aur—OAB** em seguida convidou o **Sr. Gilson Bittencourt - Secretário Nacional de Investimentos Estratégicos – SPI/MPOG** para falar sobre o PPA 2016-2019 e a importância da participação social dos conselheiros. O **Sr. Gilson Bittencourt - Secretário Nacional de Investimentos Estratégicos – SPI/MPOG** agradeceu a oportunidade de falar ao colegiado do CNDI sobre a participação e contribuição de todos e todas nas diversas etapas do **Dialoga Brasil – PPA -2016/2019**, no sentido de orientar e sugerir políticas públicas que possam de fato e efetivamente ser aplicadas ao público relacionado a temática que representam e aos demais. Números da participação nas edições regionais e setoriais do **Dialoga Brasil**: 28 diretrizes, 54 programas temáticos e 306 objetivos construídos de modo coletivo, entre governo federal e sociedade civil. Em seguida disse *“Agora precisamos acompanhar e monitorar as ações resultantes desta participação”*. Apresentou os conteúdos referentes e relacionados à temática da pessoa idosa e concluiu a apresentação permanecendo para responder as perguntas e tirar dúvidas dos Conselheiros por mais de uma hora. Houve manifestação do CNDI no sentido de reiterar a necessidade do **PPA incluir um programa específico para as pessoas idosas**, a exemplo dos dedicados aos segmentos etários da criança e do adolescente, e da juventude. É grave essa lacuna, que é discriminatória e que faz com que o CNDI só possa vir monitorar ações dispersas e não um programa coerente e integrador. Isso só contribui para a invisibilidade em que infelizmente, a sociedade ainda mantém em relação aos idosos. **10.** Nada mais havendo a tratar, com os agradecimentos pela apresentação e disponibilidade do **Sr. Gilson Bittencourt - Secretário Nacional de Investimentos Estratégicos – SPI/MPOG** foi encerrada a Reunião Ordinária nº 77, às 16h50min, agradecendo-se a presença de todos. E para constar, eu, Valéria Sperandio Rangel, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim. Constam em anexo as assinaturas de todos os presentes.



Presidência da República
Secretaria de Direitos Humanos
Conselho Nacional dos Direitos do Idoso

Reunião Ordinária nº 77 - Brasília/DF - 13/08/2015

Nome Completo	Cargo	Orgão	Telefones	E-mail	Assinatura
Paulo Barros	Secessionário	SDH	20273228	paulo.barros@sdh.gov.br	
BRAHIM FERREIRA		OFIB	(11) 3862-8609	aminant@ofib.org.br	
Antonio Lidio Zamboni	Coord. Geral	MEC	20129108	ANTONIOZAMBON@MEC.GOV.BR	
Fernando de A. Donizete	Coordenador	MDS/SRBS	2001-5011	fernandod@sdh.gov.br	
Atílio Vences	CHEFE	DPS/MPRE	20928517	atilio.vences@mpre.gov.br	
Mônica Cristina Xavier Frazon	Presidente	ANLs Brasil	1899700605	monica.filipe@anl.gov.br	
Priscilla Elaine Costa Nali	Conselheira	PEF	8298810-0452	priscillanali@pef.gov.br	
Maria Joaquina Bezerra	Conselheira	ABRARZ	6899852301	maria.joaquina@abr-arz.gov.br	
Maria Elzete R. Mac. de Carvalho	Conselheira	SECE	21999454352	maria.elzete@sece.gov.br	
LUIZ LEGNANI	CONSELH.	COBAP	4891624304	luizlegnanil@cobap.gov.br	
NEUSA RUIATO NULLEN	CDP. GER	SDH/PE	6199559384	neusa.ruato@sdh.gov.br	
Comilo G. Ripione	Conselheira	MDS/	2030-3140	comilogo@mds.gov.br	
ARTUR ASTÓDIO M. BEZERRA	Conselh.	MORHAN	(21) 982263125	arturastodio@morhan.gov.br	
Claudia Maria Benício	Conselheira	AMPID	11-3119-9081	claudia@ampid.gov.br	
LUCIANA GIL BARROSA	CONSELHEIRA	MORDES	6121084774	luciana.barrosa@mordes.gov.br	
Maria Cecília Braga	Conselheira	CNDI	1197464208	maria.cecilia@cndi.gov.br	
Maria Luiza Santos de Oliveira	Coord. 3ª Fase	MTE	(61) 81183689	maria.luiza@mte.gov.br	
Maria Bernadete de Oliveira	Conselheira	CRSAS	(61) 83303433	bernadete@crsas.gov.br	
Freddy A. S. Antunes	Conselheiro	ANADLP	6332181775	freddy@anadlp.gov.br	
Maria Cristina Hoffmann	Conselheiro	M. Saúde	33156926	maria.cristina@sa.gov.br	

gov.br

